

ENEI 2026 sergipe

X ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO

Indústria, Sustentabilidade e os
Desafios Regionais



19-22
MAIO DE 2026



LOCAL: Universidade Federal
de Sergipe. Avenida Marcelo
Chagas, s/n. Jardim Rosa Elze,
São Cristóvão (SE).

Realização: ABEIN

Associação Brasileira de
Economia Industrial e Inovação

UFSE

PPGE

PROIN

ProPec

Patrocínio:

CNPq

Política industrial e os desafios da desindustrialização brasileira: proposta de metodologia analítica da Nova Indústria Brasil (NIB)¹

Gustavo Oliveira Teles de Menezes;²

David Guimarães Coelho;³

Rayssa Alexandre Costa;⁴

Eduarda Fernandes Lustosa de Mendonça.⁵

Resumo: A recente retomada das políticas industriais no mundo foi impulsionada por desafios como a transição energética, a digitalização e as vulnerabilidades das cadeias globais de valor. Tal processo também se refletiu no Brasil, com o lançamento, em 2024, da Nova Indústria Brasil (NIB), em um contexto marcado pelo processo de desindustrialização nacional. Estruturada em seis missões estratégicas — agroindústria; saúde; infraestrutura; transformação digital; descarbonização e bioeconomia; e defesa —, a NIB tem ocupado posição central nos debates sobre o futuro da indústria brasileira, nos quais predominam análises sobre as condições de sucesso da política. Este artigo contribui para esse debate ao propor uma metodologia de análise do desempenho setorial orientada pelas missões da NIB à luz de métricas de adensamento produtivo e abertura comercial a partir de uma proposta de taxonomia setorial. Aplicada ao período 2019–2023, a análise estabeleceu uma linha de base do desempenho setorial anterior à implementação da política, orientando-se pela disponibilidade de dados mais recentes. Os resultados apresentaram, de modo geral, traços característicos da desindustrialização brasileira, como a tendência à geração de déficits comerciais e dificuldades de ampliação da competitividade doméstica, da produtividade e do adensamento produtivo. Em uma perspectiva mais segmentada, identificou-se uma deterioração da inserção competitiva das missões, inclusive nas duas mais dinâmicas e competitivas — aquelas articuladas às cadeias produtivas intensivas em recursos naturais (agroindústria e descarbonização e bioeconomia). Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas setoriais heterogêneas

¹ Os autores agradecem à Federação das Indústrias do Estado do Ceará, à Confederação Nacional da Indústria, à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e à Fundação Instituto de Administração pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa. As opiniões, conclusões, hipóteses e recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem as visões das instituições mencionadas. Eventuais erros e omissões no artigo são de responsabilidade integral dos autores.

² Observatório da Indústria/Federação das Indústrias do Estado do Ceará. E-mail: t_gomenezes@sfiec.org.br.

³ Observatório da Indústria/Federação das Indústrias do Estado do Ceará. E-mail: dgcoelho@sfiec.org.br.

⁴ Observatório da Indústria/Federação das Indústrias do Estado do Ceará. E-mail: racosta@sfiec.org.br.

⁵ Observatório da Indústria/Federação das Indústrias do Estado do Ceará. E-mail: emendonca@sfiec.org.br.

da indústria brasileira, visando ao aprimoramento de políticas públicas associadas a diferentes desempenhos dos segmentos da NIB.

Palavras-chave: Nova Indústria Brasil; Política Industrial; Desindustrialização.

Código JEL: O10 General; O14 Industrialization • Manufacturing and Service Industries • Choice of Technology; O25 Industrial Policy.

Área Temática: 6.1 Políticas industriais e comerciais.

Industrial policy and the challenges of Brazilian deindustrialization: a proposed methodology for analyzing the New Industry Brazil (NIB) strategy

Abstract: The recent resurgence of industrial policies worldwide, driven by challenges such as the energy transition, digitalization, and vulnerabilities in global value chains, has also been reflected in Brazil. In a context marked by the process of domestic deindustrialization, Brazil launched, in 2024, a new industrial policy strategy, called New Industry Brazil (NIB). Structured around six strategic missions—agroindustry; health; infrastructure; digital transformation; decarbonization and bioeconomy; and defense—NIB has occupied a central position in debates about the future of Brazilian industry, in which analyses of the conditions for the policy's success predominate. This article contributes to these debates by proposing a methodology for analyzing the sectoral performance of NIB's six missions based on a sectoral taxonomy proposal, as well as on productive densification and trade openness indicators. Drawing on the most recent available data, covering the 2019–2023 period, the analysis outlines a baseline of sectoral performance prior to NIB's implementation. During the period analyzed, NIB sectors overall showed typical traits of Brazil's deindustrialization, such as a tendency towards trade deficits and difficulties in increasing domestic competitiveness, productivity, and productive densification. A more disaggregated analysis shows that even the two most dynamic missions—those linked to natural resource-intensive production chains (agribusiness, and decarbonization and bioeconomy)—experienced a deterioration in their competitive insertion. Therefore, the study establishes a theoretical and methodological framework to understand the heterogeneous sectoral dynamics of the Brazilian industry, proposing a baseline capable of guiding improvements in public policies related to different sectoral outputs around NIB.

Keywords: New Industry Brazil; Industrial Policy; Deindustrialization.

1. Introdução

As políticas industriais têm desempenhado, historicamente, um papel central no conjunto de instrumentos de políticas públicas mobilizados pelos governos para promover o desenvolvimento econômico. Em geral, essas políticas buscam ampliar a capacidade produtiva em atividades de maior valor agregado e intensidade tecnológica, contribuindo para objetivos como o aumento da renda, o incremento da geração de empregos qualificados e o fortalecimento da soberania nacional.

O século XXI tem sido marcado por múltiplas crises e desafios globais, como as mudanças climáticas, a digitalização das economias, a competição geopolítica entre os Estados e as vulnerabilidades das cadeias globais de valor. Nesse contexto, observa-se um expressivo ressurgimento das políticas industriais em diferentes países (Araújo; Nonato; Felizardo, 2024; Chang; Andreoni, 2016; Feijó, 2024; Juhász; Lane; Rodrik, 2024). Embora essas intervenções possam incidir sobre distintos setores da economia, destaca-se a centralidade conferida à indústria de transformação, em razão de seu elevado potencial de geração de valor, inovação e difusão tecnológica, associado a rendimentos crescentes de escala. Além disso, deve-se mencionar o potencial do setor industrial na geração de empregos qualificados, podendo assumir um importante papel na elevação da renda da população (Gomes; Diegues, 2021; Feijó, 2024; Morceiro; Guilhoto, 2023).

A Nova Indústria Brasil (NIB), estratégia de desenvolvimento industrial lançada pelo governo brasileiro em 2024, insere-se nesse contexto e dialoga diretamente com a trajetória da desindustrialização no Brasil. Esse processo tem sido acompanhado por uma crescente especialização da economia brasileira em segmentos de menor valor agregado e intensidade tecnológica (Medeiros, Freitas e Passoni, 2019; Gomes; Diegues, 2021; Morceiro; Guilhoto, 2023), o que traz limitações relevantes para o potencial de desenvolvimento econômico e social do país. Diante desse cenário, a NIB objetiva, resumidamente, o desenvolvimento setorial das seguintes grandes áreas, associadas às seis missões da nova política industrial brasileira: agroindústria; saúde; infraestrutura; transformação digital; descarbonização e bioeconomia; e defesa.

Desde seu lançamento, a NIB tem ocupado espaço relevante nos debates públicos e acadêmicos sobre o futuro da indústria brasileira, os quais têm se concentrado, em grande medida, nas condições institucionais e econômicas associadas ao sucesso da política. Nesse contexto, aspectos relacionados à avaliação sistemática do desempenho setorial ainda se encontram em processo de consolidação na literatura. Diante disso, o presente trabalho busca contribuir para o debate ao propor uma metodologia de análise do desempenho setorial, a qual combina indicadores de adensamento produtivo e de abertura comercial. Essa análise, por sua vez, é orientada a partir das seis missões da NIB, para as quais foram desenvolvidas taxonomias setoriais específicas.

A metodologia proposta baseia-se na análise da evolução temporal de seis indicadores, organizados em duas dimensões analíticas. A dimensão de Dinâmica Produtiva contempla os indicadores de Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), Adensamento Produtivo e Produtividade do Trabalho. Já a dimensão de Inserção Internacional considera o Saldo da Balança Comercial, o Coeficiente de Penetração de Importações e o Coeficiente de Exportações. Esses indicadores foram selecionados por capturarem, de forma complementar, aspectos estruturais integrados da capacidade produtiva e da competitividade externa dos setores industriais, oferecendo subsídios para uma avaliação alinhada à lógica da NIB, baseada em uma taxonomia setorial específica e atenta aos condicionantes domésticos e externos da desindustrialização brasileira.

Em função das limitações de disponibilidade temporal de dados para algumas das bases utilizadas, o artigo apresenta um quadro de referência do desempenho setorial das seis missões da NIB nos cinco anos que antecederam o lançamento da política, restringindo a análise ao período 2019–2023. Nesse contexto, o estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como se comportava o desempenho setorial das áreas estratégicas da NIB no período imediatamente anterior à sua implementação?

Ao estabelecer esse recorte temporal, o trabalho constrói uma linha de base (*baseline*) do desempenho setorial associado às áreas estratégicas da NIB, fornecendo um referencial analítico e metodológico fundamental para avaliações futuras dos efeitos da política ao longo do tempo. Os resultados indicam que tais setores reproduziram traços característicos da desindustrialização brasileira, como

déficits comerciais persistentes e dificuldades de avanço da produtividade e do adensamento produtivo em áreas de maior conteúdo tecnológico. Reforça-se que tais desafios são reproduzidos inclusive nas missões relativamente mais dinâmicas e competitivas, as quais estão associadas às cadeias produtivas intensivas em recursos naturais, em especial a agroindústria e a descarbonização e bioeconomia.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta um panorama conceitual sobre políticas industriais e seus métodos de avaliação na literatura econômica, bem como um breve histórico das políticas industriais no Brasil. A seção seguinte caracteriza a NIB no contexto da desindustrialização brasileira e detalha a metodologia de análise setorial proposta. A terceira seção aplica esse esquema metodológico para a análise do desempenho das seis missões da NIB no período 2019-2023, permitindo traçar uma linha-base de referência para a avaliação setorial nos anos subsequentes. Por fim, a última seção procede às considerações finais.

2. Política industrial: conceito, métodos de avaliação e a experiência brasileira

As políticas industriais podem ser entendidas como políticas de desenvolvimento setorial, que incluem, mas não se restringem, ao setor industrial. Seu objetivo central é promover a transformação estrutural da economia, objetivando elevar a produtividade e alcançar a competência nacional em atividades de maior valor agregado, intensidade tecnológica e encadeamento produtivo (Feijó, 2024; Juhász; Lane; Rodrik, 2024, p.216).

Essas iniciativas partem da constatação de que a intervenção estatal pode contribuir para corrigir deficiências dos mecanismos de mercado e orientar mudanças estruturais em direção ao desenvolvimento de uma economia. As políticas industriais subentendem, portanto, que o Estado disponibilize incentivos para que empresas nacionais possam se desenvolver, tornando-se mais competitivas em áreas de maior valor agregado e intensidade tecnológica (Amsden, 2001; Chang, 2024; Evans, 1995; Juhász; Lane; Rodrik, 2024; Mazzucato, 2011). Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, como subsídios à exportação e o apoio à pesquisa e inovação, bem como a facilitação regulatória. No caso específico do “milagre asiático”, por exemplo, as políticas foram desenhadas para apoio às indústrias avançadas locais, orientação para o comércio global e ações de concorrência para fomento da eficiência produtiva (Cherif; Hasanov, 2019). Em países de renda média, como o Brasil, os instrumentos mais utilizados têm sido ferramentas como empréstimos estatais, subvenções financeiras, taxas de juro subsidiadas, garantias de empréstimo e financiamento do comércio (Juhász; Lane; Rodrik, 2024, p.216, 221-223).

Desde a crise econômica global de 2008, observa-se um ressurgimento de iniciativas desse tipo pelo mundo, motivado pela percepção de vulnerabilidades associadas aos processos de desindustrialização em termos de competitividade econômica e empregos (Chang; Andreoni, 2016). Maia, Daudt e Willcox (2025) elencam alguns exemplos nesse sentido: *Manufacturing USA* (Estados Unidos), *High Value Manufacturing Catapult* (Reino Unido), *Plattform Industrie 4.0* (Alemanha) e *Alliance Industrie du Futur* (França). Essa tendência se intensificou ainda mais no contexto da pandemia da Covid-19, período que demonstrou vulnerabilidades no sistema de cadeias de valor globais internacionalmente organizadas. A nova onda global de políticas industriais é marcada pela conexão com agendas relevantes na atualidade, como o desenvolvimento sustentável, a digitalização da economia e as dinâmicas geopolíticas internacionais (Araújo; Nonato; Felizardo, 2024; Feijó, 2024; Juhász; Lane; Rodrik, 2024).

Dois dos temas centrais nos estudos sobre políticas industriais são, por um lado, a análise das condições que favorecem seu sucesso — como a existência de uma burocracia qualificada (Chang, 2024; Evans, 1995) — e, por outro, a definição de métricas capazes de subsidiar a avaliação do desempenho setorial. No que se refere a este último aspecto, destacam-se esforços de mensuração quantitativa do desempenho dos setores e dos agentes beneficiários das políticas industriais, aplicando-se diferentes métodos na literatura especializada (Juhász; Lane; Rodrik, 2024).

No caso da NIB, os debates têm se concentrado principalmente nas condições de sucesso da política industrial. Considerando o histórico brasileiro, diversos autores argumentam que seu êxito depende não apenas de um desenho institucional adequado, mas também da harmonização com políticas macroeconômicas, regulatórias e comerciais favoráveis (Araújo; Nonato; Felizardo, 2024; Belluzzo, 2024; Feijó, 2024; FGV, 2024; Nassif, 2024). Consequentemente, a produção acadêmica apresenta, em grande

parte, um caráter normativo, centrado na análise das condições para o sucesso da política e em comparações com experiências internacionais (Araújo; Nonato; Felizardo, 2024; Feijó, 2024; Hamatsu; De Souza, 2024; Nassif, 2024). Alguns trabalhos, por sua vez, dedicaram-se especificamente à análise do seu processo de formulação (Hitner; Castro, 2024).

Por outro lado, a avaliação sistemática do desempenho setorial da NIB ainda está em processo de consolidação na literatura. No caso do setor industrial brasileiro, os estudos existentes têm se apoiado predominantemente em indicadores agregados de desindustrialização, como a taxa de crescimento do valor adicionado manufatureiro (VAM) nacional, a participação do país no VAM mundial e a participação de empregos industriais no total de empregos do país. Além disso, do ponto de vista mais amplo da economia geral, a produtividade e a quantidade de patentes (*proxy* para a inovação) têm sido também utilizadas enquanto ferramentas de análise (Araújo; Nonato; Felizardo, 2024). Esse tipo de indicador, contudo, apresenta uma orientação analítica mais agregada, focada nos níveis da indústria e da economia em suas concepções gerais, dificultando a identificação de particularidades setoriais.

Para contornar essas limitações, pesquisas anteriores propuseram indicadores setoriais mais detalhados. Medeiros, Freitas e Passoni (2019) sugeriram analisar a *market-share* das exportações setoriais globais e das importações no consumo setorial nacional, além da densidade de relações interindustriais de cada setor. Morceiro e Guilhoto (2020), por sua vez, apresentaram um recorte analítico ao nível de classes industriais, empregando um índice de adensamento produtivo centrado em coeficientes setoriais de importação de insumos e bens intermediários. Essas pesquisas, contudo, referem-se a um período significativamente antecedente ao lançamento da NIB (até 2014), representando um recorte temporal defasado para a análise do contexto mais imediato da política industrial. Além disso, os indicadores utilizados operam em um nível de agregação que ainda não atende às especificidades setoriais do desenho da NIB.

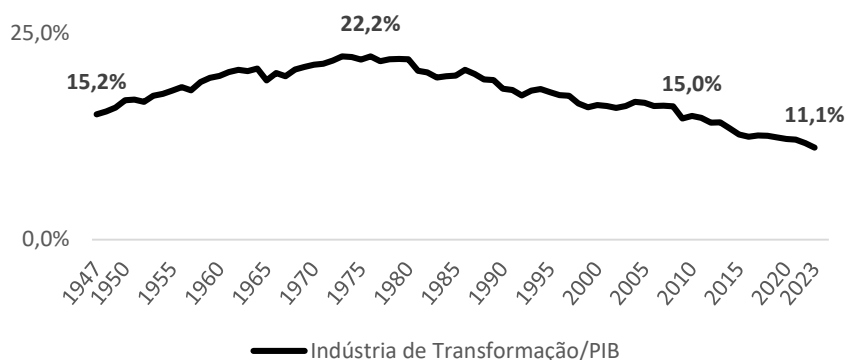
Tendo em vista as lacunas presentes na literatura especializada, o presente trabalho espera contribuir para o campo de estudos sobre a política industrial brasileira e o processo de desindustrialização do Brasil a partir de uma proposta de análise de desempenho especificamente voltada para a NIB. A abordagem em questão consiste na análise do desempenho setorial agregado das cadeias produtivas prioritárias componentes da NIB a partir de taxonomias setoriais associadas a cada uma das seis missões da nova política industrial brasileira. Objetiva-se, dessa maneira, oferecer um arcabouço metodológico para a análise dos setores econômicos priorizados pela NIB, articulando dimensões domésticas e externas de avaliação do desempenho setorial. A apresentação dessa proposta metodológica, articulada à problematização histórica do desempenho industrial brasileiro e à caracterização da NIB nesse contexto, constitui o foco da próxima seção.

3. A Nova Indústria Brasil: contexto histórico, caracterização e proposta de análise setorial

A NIB se insere em um importante histórico de políticas industriais adotadas no Brasil, que remonta aos anos 1930, quando o Estado brasileiro passou a atuar de maneira mais estratégica e consistente na promoção do desenvolvimento industrial, um tipo de atuação que se aprofundou e se estendeu até a década de 1970 (Suzigan, 1996). Esse modelo de intervenção estatal mais direta no setor produtivo encontrou um esgotamento nos anos 1980 e 1990, com a crise da dívida e a priorização de ajustes macroeconômicos e fiscais em detrimento das estratégias de desenvolvimento industrial das décadas anteriores.

Paralelamente, o período foi marcado pelo ajuste das contas externas do Brasil, o que implicou na abertura comercial e na flexibilização cambial de uma maneira que tornou o setor industrial brasileiro exposto a uma concorrência mais acirrada frente a produtores externos (Cano; Da Silva, 2010; Feijó, 2024). Como observado no Gráfico 1, esse período de ajuste e abertura comercial das décadas de 1980 e 1990 foi acompanhado por uma redução expressiva do papel da Indústria de Transformação no PIB do Brasil, caracterizando o fenômeno da desindustrialização, mesmo quando medido a preços constantes (Morceiro; Guilhoto, 2023). Ressalta-se que essa trajetória se prolonga ao longo do século XXI, acentuando-se novamente a partir da década de 2010.

Gráfico 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB* a Preços Constantes (R\$ 2010) (%) - Brasil (1947-2023)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

*PIB a preços básicos.

Ressalta-se que a queda da participação da indústria constitui um processo observado nas economias avançadas à medida que o produto *per capita* se eleva. Esse fenômeno decorre principalmente da Lei de Engel, segundo a qual o incremento de renda diversifica os padrões de consumo em direção a uma maior participação de serviços, cuja elasticidade-renda é maior do que a de bens industriais. Além disso, como mencionado acima, há um processo concomitante de reorganização das cadeias globais de valor nas últimas décadas, com a transferência das etapas de manufatura e montagem para economias em desenvolvimento e a concentração de etapas de maior valor agregado nas economias com maior capacidade tecnológica (Gomes; Diegues, 2021). Entretanto, evidencia-se um processo de perda de participação da manufatura brasileira ocorrendo em estágios de renda, produtividade e domínio tecnológico inferiores ao padrão internacional esperado para esse fenômeno, o que conferiria um caráter precoce à desindustrialização brasileira⁶. Mais especificamente, indica-se, no Brasil, um processo de perda de participação da indústria de maneira mais proeminente em áreas de alta e média-alta intensidade tecnológica, como eletrônica, farmacêutica, maquinário e equipamentos de transporte em estágios de renda não observados nos países centrais (Gomes; Diegues, 2021; Morceiro; Guilhoto, 2023).

O século XXI registrou uma retomada de programas de política industrial mais robustos no Brasil, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE, lançada em 2004), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP, lançada em 2008) e o Plano Brasil Maior (PBM, lançado em 2011). Apesar dos avanços que trouxeram na institucionalização de políticas industriais, os três planos não tiveram sucesso relevante na consecução dos objetivos e metas delineados. Para tanto, contribuíram fatores como a crise econômica internacional de 2008 e a circunstâncias econômicas adversas, particularmente no que tange a preços-chave para o investimento produtivo e a competitividade setorial, como as taxas de juros e câmbio (Rocha, 2019; Feijó, 2024; Giesteira; Caliar; Orsolin-Teixeira, 2024; Morceiro; Guilhoto, 2023).

Tendo em vista esse contexto, o marco inicial da NIB pode ser considerado o texto de autoria do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, intitulado “Neoindustrialização para o Brasil que queremos”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 25 de maio de 2023. Nesse sentido, a NIB parte da constatação das dificuldades de crescimento da indústria brasileira e sua decrescente participação no PIB nos últimos anos, condição vista como entrave para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. A reversão desse processo de desindustrialização ocorreria por meio da chamada “neoindustrialização” associada às políticas componentes da NIB (Lula da Silva; Alckmin, 2023).

No início de 2024, foi publicado o Plano de Ação da NIB, documento-síntese do programa elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão colegiado filiado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) que concentra a governança da política. Em

⁶ Evidências mais recentes contestam a hipótese de desindustrialização natural, indicando que a parcela da indústria no PIB, quando medida a preços constantes, e não correntes, mantém-se relativamente estável, inclusive em países de alta renda *per capita*, como EUA, Coreia do Sul e Irlanda (Morceiro; Guilhoto, 2023).

fevereiro de 2025, uma nova edição do documento, com atualizações, foi publicada. O Plano de Ação da NIB parte da premissa de que o fortalecimento da indústria brasileira é um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável do país nas áreas econômica, social e ambiental, bem como para a melhoria da inserção econômica internacional do Brasil a partir da elevação de sua competitividade em setores intensivos em tecnologia (Brasil, 2025).

Conceitualmente, a NIB é inspirada na abordagem de políticas industriais orientadas por missões (do inglês *Mission-Oriented Industrial Policy*, MOIP), que adquiriu bastante relevância na atualidade (Hitner; Castro, 2024). As missões consistem em objetivos amplos para cujo alcance o Estado, em articulação com a sociedade civil e o setor produtivo, estabelece um senso de direção estratégica sustentável e socialmente inclusiva (Mazzucato; Doyle; von Burgsdorff, 2024). Nesse sentido, a NIB se divide em seis missões, que podem ser resumidas da seguinte maneira: agroindústria; saúde; infraestrutura; transformação digital; descarbonização e bioeconomia; e defesa. Cada uma delas, por sua vez, conta com suas próprias cadeias prioritárias e metas. As missões, cadeias prioritárias e metas da NIB são expostas em maior detalhe no Quadro 1, que tem como referência a versão do Plano de Ação da NIB publicada em fevereiro de 2025:

Quadro 1 – Missões, cadeias prioritárias e metas da NIB

Missão	Cadeias prioritárias	Metas
Missão 1: Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética	Agricultura de precisão (drones e sensores); Máquinas agrícolas e suas partes e componentes; Fertilizantes e biofertilizantes; Têxtil	Promover o crescimento do PIB Agroindústria em até 3% ao ano no período de 2024 a 2026 e em até 6% ao ano de 2027 a 2033; Ampliar para 28% a mecanização da agricultura familiar em 2026 e para 35%, em 2033, e ampliar a tecnificação da agricultura familiar para 43% em 2026 e para 66% em 2033, incentivando o suprimento do mercado por máquinas e equipamentos nacionais, com promoção do desenvolvimento regional.
Missão 2: Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde	Medicamentos e princípios ativos biológicos; Vacinas, hemoderivados e terapias avançadas; Dispositivos médicos (equipamentos médicos)	Produzir, no país, 50% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde, em 2026, e 70%, em 2033.
Missão 3: Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades	Sistemas de propulsão; Baterias elétricas; Metroferroviários e suas peças, partes e componentes	Contratar 2,0 milhões de moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), dos quais 500 mil com fornecimento de energia renovável (painéis fotovoltaicos) até 2026 e 6,9 milhões de moradias (1,4 milhão com painéis fotovoltaicos) até 2033; Aumentar a participação de veículos eletrificados (elétricos e híbridos) com baterias nacionais na comercialização de veículos novos para 3% em 2026 e para 33% em 2033.
Missão 4: Transformação Digital da indústria para ampliar a produtividade	Semicondutores; Robôs industriais; Produtos e serviços digitais avançados (Plataformas digitais e computação em nuvem; Audiovisual)	Transformar digitalmente 25% das empresas industriais brasileiras em 2026 e 50% em 2033, assegurando a participação da produção nacional nos segmentos de novas tecnologias.

Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2025).

Quadro 1 – Missões, cadeias prioritárias e metas da NIB (continuação)

Missão	Cadeias prioritárias	Metas
Missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras	Novas fontes de energia (Hidrogênio, diesel verde, SAF); Equipamentos de energia verde (aerogeradores e painéis solares); Descarbonização da indústria de base (cimento, aço e química verdes)	Promover a indústria verde, reduzindo a intensidade de emissões de gases de efeito estufa por unidade de produto em consonância com as metas setoriais do Plano Clima, ampliando em 27% a participação de biocombustíveis e elétricos na matriz energética de transportes em 2026, e em 50% em 2033; Aumentar em 10% o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade até 2026 e em 30% em 2033.
Missão 6: Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais	Veículos Lançadores; Radares; Satélites	Alcançar 55% de domínio das tecnologias críticas para a defesa em 2026 e 75% em 2033.

Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2025).

Ao todo, o Plano de Ação da NIB listou 88 instrumentos de política industrial, sendo 70 para as seis missões e 18 direcionados para os chamados Desafios Estruturais, que possuem caráter transversal. Esses instrumentos incluem, dentre outras modalidades de estímulo, subvenções econômicas (por exemplo, créditos tributários e operações de financiamento não reembolsáveis), compras públicas, requisitos de conteúdo nacional e investimentos públicos. O principal braço de financiamento da NIB é o Plano Mais Produção (P+P), capitaneado por aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de bancos regionais, além da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Até o terceiro trimestre de 2025, o P+P havia desembolsado R\$ 588,4 bilhões, divididos em 406 mil projetos. Do total desembolsado até o período indicado, 43,2% dos recursos destinaram-se à Missão 3; 21,4%, para a Missão 1; 16,8%, para a Missão 4; 9,3%, para a Missão 5; 5,0%, para a Missão 6; e 4,2%, para a Missão 2 (Brasil, s.d.). Vale ressaltar que a NIB também se articula a outras políticas de investimentos públicos, como o Novo PAC. Ainda no que tange à implementação, até outubro de 2025, conforme dados da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (ABDI, s.d.), um total de 120 medidas normativas relacionadas à NIB (incluindo decretos, resoluções, emendas constitucionais, portarias, leis e leis complementares) haviam sido adotadas.

3.1. Metodologia de análise setorial da NIB

A análise de políticas industriais envolve importantes desafios metodológicos. Do ponto de vista dos parâmetros tradicionalmente utilizados na avaliação de políticas públicas, a endogeneidade intrínseca à seleção de setores e beneficiários da política industrial, ao dificultar procedimentos de aleatorização e estabelecimento de contrafactuais, dificulta a análise *ex-post* e a identificação de causalidade estritas (Bouma *et al.*, 2019; Hanson; Rodrik, 2023; Criscuolo; Lalanne; Díaz, 2022). Além disso, as MOIPs são caracterizadas por uma interconectividade de dinâmicas e impactos, contando com instrumentos possivelmente antagônicos (Wittmann; Yorulmaz; Hufnagl, 2021). Adicionalmente, o caráter de longo prazo dos impactos gerados pelas MOIPs, a variedade de interpretações da política e suscetibilidade a alterações durante o processo de implementação podem levar a consideráveis problemas para a correta identificação empírica desses efeitos⁷ (Amanatidou *et al.*; 2014; Magro; Wilson, 2019). Nesse sentido, a literatura tem frequentemente ressaltado que os métodos de avaliação tradicionais, aplicados a programas

⁷ Dificuldades ainda listadas pela literatura incluem a construção assertiva de uma Teoria da Mudança, dificultando a construção de canais de fluxos entre beneficiários micro, meso e macro (Fisher *et al.*, 2018).

habitualmente restritos a um único objetivo, não são adequados para políticas multi-instrumentais voltadas para objetivos mais amplos, como transformações sistêmicas de longo prazo e o desenvolvimento de atividades de ponta (Janssen, 2018).

Parte desses desafios estão presentes no caso específico da NIB, que se caracteriza como uma política de natureza estrutural e transformacional, organizada a partir de missões de ampla escala e implementada por meio de um conjunto diversificado de instrumentos. Além disso, sua governança baseia-se em um processo contínuo de interação entre os *stakeholders*, articulando governo, setor produtivo e sociedade civil. Esse fator se desdobrou, por exemplo, na reformulação de metas e cadeias prioritárias já durante o curso de implementação da política industrial (Brasil, 2025).

Por sua vez, algumas das metas delimitadas no Plano de Ação da NIB apresentam métricas setoriais indisponíveis em caráter público e indicadores de acompanhamento que não permitem comparação entre as diferentes missões. Essa limitação dificulta uma inferência do desempenho da política econômica que não só considere o desempenho das missões de maneira individualizada, mas que também permita a comparação e eventuais cumulatividades entre elas para o atingimento dos resultados de forma mais abrangente. Nesse sentido, uma análise qualitativa dos objetivos do Plano de Ação permite inferir um objetivo panorâmico e transversal quanto à necessidade de adensamento produtivo das cadeias, uma inserção mais ativa nas cadeias globais e uma melhoria da produtividade do trabalho, com repercussões sobre a competitividade dos setores e a renda das famílias.

Nesse contexto, a metodologia proposta neste trabalho tem por objetivo estabelecer uma linha de base (*baseline*) do desempenho setorial associado às seis missões da NIB, permitindo caracterizar e comparar a situação produtiva e competitiva dos setores estratégicos da política no período imediatamente anterior à sua implementação. Para tanto, os indicadores são calculados a partir de taxonomias setoriais específicas para cada missão, construídas de modo que permitam aferir o nível de adensamento e competitividade em perspectiva setorial. Nesse sentido, o instrumental analítico organiza-se em dois eixos complementares: Dinâmica Produtiva e Inserção Internacional. Essa escolha se justifica por dois fatores: i) a insuficiência de indicadores produtivos domésticos e variáveis de inserção internacional se analisados individualmente; e ii) o relevante efeito da interação entre as dimensões doméstica e externa na trajetória da indústria brasileira, fenômeno que tem sido observado na literatura especializada.

No primeiro caso, as participações da indústria no emprego e no valor adicionado total a preços correntes - indicadores frequentemente utilizados na análise da desindustrialização - podem levar a conclusões precipitadas sobre mudanças estruturais na economia. Além disso, em países com grande mercado interno, como o Brasil, a estrutura produtiva não necessariamente se reflete na composição setorial da pauta exportadora, outro indicador de uso corrente no campo de estudos sobre a desindustrialização (Medeiros; Freitas; Passoni, 2019).

No que tange ao segundo fator, deve-se mencionar que o padrão de inserção nas cadeias globais de valor da indústria brasileira, em um contexto de câmbio apreciado, conciliou uma estratégia de acumulação com maior participação da importação de bens finais e intermediários no processo produtivo. Isso, por sua vez, traduziu-se em uma tendência de redução do conteúdo local na cadeia produtiva nacional, não convertido em uma maior competitividade internacional. Percebe-se, assim, que fatores internacionais e domésticos interagiram na conformação do desempenho industrial no Brasil, com eventual aceleração na integração passiva nas cadeias globais de valor depois da crise de 2009 (Diegues; Rossi, 2021; Medeiros; Freitas; Passoni, 2019; Hiratuka; Sarti, 2017). Tendo em vista esse panorama, o esquema analítico bidimensional proposto acima busca conferir maior robustez à análise do desempenho setorial, a fim de capturar de maneira cumulativa a capacidade de agregação de valor doméstica e o grau de competitividade interna e externa dos setores industriais da NIB.

Para o eixo de Dinâmica Produtiva, foram selecionadas três variáveis relacionadas à produção industrial doméstica: o VBPI, o índice de adensamento produtivo e a produtividade do trabalho. A escolha da primeira reflete os diferenciais de nível e a variação real do total produzido por determinado setor. Por sua vez, a análise do índice de adensamento produtivo, medido pela razão entre o Valor da Transformação Industrial (VTI) e o VBPI, expressa o percentual do VBPI oriundo da agregação de valor realizada domesticamente, excluídos os custos de operações industriais (como aqueles associados a insumos e serviços de manutenção). Nesse sentido, quanto maior (menor) o índice de adensamento produtivo, maior

(menor) a competência local na agregação de valor. Tal indicador se reflete positivamente na integração do setor com a economia local a partir de coeficientes intra e interindustriais, fortalecendo encadeamentos de investimento e outras variações de demanda final.

No atual contexto de incertezas econômicas globais, ocasionadas pela instabilidade no regime internacional de comércio diante da política tarifária do governo dos Estados Unidos, a atenção metodológica ao indicador de adensamento produtivo torna-se ainda mais relevante. Isso porque um maior índice de adensamento produtivo, à exceção feita a situações provocadas por contrações recessivas do VBPI, pode expressar menor vulnerabilidade externa, além de uma maior capacidade de encadeamento do investimento localmente, potencializando a difusão tecnológica intersetorial e a criação de empregos de qualificação e remuneração mais elevadas (Morceiro; Guilhoto, 2020; 2023). Este último fator, por sua vez, relaciona-se à terceira variável do eixo de Dinâmica Produtiva: a produtividade do trabalho. Esse indicador é medido pela razão entre o VTI e a quantidade de pessoal ocupado em determinado setor industrial.

A área de Inserção Internacional também é composta por três variáveis que expressam, de diferentes formas, o nível de competitividade da produção industrial nacional: saldo da balança comercial, coeficiente de penetração das importações e coeficiente de exportações. Enquanto o saldo da balança comercial oferece um panorama mais abrangente do desempenho de produtores nacionais frente a seus concorrentes externos, os dois coeficientes de abertura comercial possibilitam um olhar mais refinado. Calculado pela razão entre o valor importado e o consumo aparente setorial, o coeficiente de penetração de importações permite analisar o grau de dependência da produção externa para a satisfação da demanda de consumo interna no conjunto de produtos associados a determinado setor. Assim, quanto menor (maior) o coeficiente de penetração de importações, menor (maior) é a dependência de produtos importados para satisfazer o consumo doméstico. Já o coeficiente de exportações mede o percentual do valor exportado em relação ao valor produzido setorial, medindo a capacidade de inserção competitiva de produtores nacionais no comércio global.

Os dados referentes ao VBPI, ao VTI e à quantidade de pessoal ocupado são obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), convertidos para valores correntes em R\$ de 2023 pelo deflator implícito do PIB. Já os referentes à balança comercial e aos coeficientes de exportação e importação são provenientes da base do Comexstat, mantida pelo MDIC, além dos dados de produto provenientes do IBGE. A seguir, o Quadro 2 resume esquematicamente os eixos, variáveis e fontes da metodologia de análise de desempenho setorial proposta no presente artigo.

Quadro 2 – Indicadores para análise do desempenho setorial das missões da NIB

Eixo analítico	Variável	Fonte
Dinâmica Produtiva	VBPI	IBGE (PIA-Empresa)
Dinâmica Produtiva	Adensamento produtivo (VTI/VBPI)	IBGE (PIA-Empresa)
Dinâmica Produtiva	Produtividade do trabalho (VTI/Quantidade de pessoal ocupado)	IBGE (PIA-Empresa)
Inserção Internacional	Saldo da balança comercial (Exportações - Importações)	Comexstat/MDIC
Inserção Internacional	Coeficiente de penetração das importações (Valor das importações/Consumo Aparente)	IBGE (PIA-Produto) e Comexstat/MDIC
Inserção Internacional	Coeficiente de exportações (Valor das Exportações/Valor da produção)	IBGE (PIA-Produto) e Comexstat/MDIC

Fonte: elaboração própria.

Estabelecidos os indicadores, o passo seguinte na metodologia foi a delimitação setorial das seis missões da NIB. Para tanto, foi elaborada uma taxonomia de atividades econômicas contempladas pela atual política industrial brasileira. As 20 cadeias prioritárias listadas no Plano de Ação da NIB serviram de ponto de partida para o estabelecimento das atuações principais das cadeias consideradas a partir de correspondências com as atividades listadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

adotada pelo IBGE.⁸ Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em literaturas setoriais especializadas a fim de elevar o grau de assertividade metodológica.⁹ A taxonomia de CNAEs industriais¹⁰ da NIB, exposta no Quadro 3, orienta a coleta dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA)-Empresa (IBGE) utilizados no eixo de Dinâmica Produtiva.

Quadro 3 - Taxonomia setorial das missões da NIB (CNAEs)

Missão	Cadeia	Atividades
1	Agricultura de precisão (drones e sensores)	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle; Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios; Fabricação de aeronaves.
	Máquinas agrícolas e suas partes e componentes	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação.
	Fertilizantes e biofertilizantes	Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais; Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais.
	Têxtil	Fabricação de Produtos Têxteis; Fabricação de aditivos de uso industrial; Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios.
2	Medicamentos e princípios ativos biológicos	Fabricação de produtos farmoquímicos; Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano; Fabricação de preparações farmacêuticas.
	Vacinas, hemoderivados e terapias avançadas	Fabricação de produtos farmoquímicos; Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano; Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano.
	Dispositivos médicos (equipamentos médicos)	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação; Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda; Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda.

Fonte: elaboração própria.

⁸ Posteriormente à publicação da versão atualizada do Plano de Ação (fevereiro de 2025), utilizada como referência para esta pesquisa, a indústria naval foi acrescentada como uma das cadeias prioritárias da Missão 3. Em virtude disso, a cadeia naval não está incluída na análise da Missão 3 na presente versão desta pesquisa.

⁹ Dentre os estudos consultados no processo de elaboração da taxonomia da Missão 4, destacam-se as referências sobre os setores de Audiovisual (Ancine, 2022) e de Semicondutores (Filippin, 2020).

¹⁰ A taxonomia setorial da NIB, quando analisada de maneira mais ampla, também inclui as seguintes atividades de serviços, todas referentes à Missão 4: Estúdios cinematográficos; Produção de filmes para publicidade; Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; Serviços de dublagem; Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão; Atividades de exibição cinematográfica; Atividades de televisão aberta; Programadoras; Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras; Telecomunicações por satélite; Operadoras de televisão por assinatura por cabo; Operadoras de televisão por assinatura por microondas; Operadoras de televisão por assinatura por satélite; Provedores de acesso às redes de comunicações; Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Web design; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; e Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

Quadro 3 - Taxonomia setorial das missões da NIB (CNAEs) (continuação)

Missão	Cadeia	Atividades
3	Sistemas de propulsão	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios; Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de motores para caminhões e ônibus; Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias; Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves; Fabricação de motocicletas; Fabricação de peças e acessórios para motocicletas.
	Baterias elétricas	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores; Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores.
	Metroferroviários e suas peças, partes e componentes	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes; Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários.
4	Semicondutores	Fabricação de componentes eletrônicos
	Robôs industriais	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle; Fabricação de rolamentos para fins industriais; Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos; Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios; Fabricação de máquinas ferramenta, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios.
	Plataformas digitais e computação em nuvem	Fabricação de equipamentos de informática; Fabricação de periféricos para equipamentos de informática; Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios.
	Audiovisual	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo; Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios; Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios; Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas.
5	Novas fontes de energia (SAF, diesel verde, hidrogênio)	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool; Fabricação de gases industriais.
	Equipamentos de energia verde (aerogeradores e painéis fotovoltaicos)	Fabricação de componentes eletrônicos; Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios; Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios.
	Descarbonização da indústria de base (cimento, aço e química sustentáveis)	Fabricação de intermediários para fertilizantes; Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins; Fabricação de cimento; Produção de semi acabados de aço; Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não; Produção de laminados planos de aços especiais; Produção de tubos de aço sem costura; Produção de laminados longos de aço, exceto tubos; Produção de tubos de aço com costura.
6	Veículos Lançadores	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate; Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios; Construção de embarcações de grande porte; Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte; Fabricação de veículos militares de combate.
	Radares	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
	Satélites	Fabricação de aeronaves; Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves.

Fonte: elaboração própria.

Na dimensão de Inserção Internacional, para viabilizar a coleta dos valores de exportações e importações setoriais, complementou-se a taxonomia das missões da NIB a partir de correspondências entre produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a lista de produtos Prodlist mais recente

do IBGE (2022). Dada a segmentação por produtos necessária para essa etapa da metodologia, combinam-se os valores de produção obtidos pela PIA-Produto/IBGE com os respectivos valores de exportações e importações, convertidos em reais pela taxa de câmbio média anual de compra do ano respectivo.

A definição das atividades associadas a cada missão apresentou desafios metodológicos relevantes. A classificação da atividade principal a partir das CNAEs apresenta limites de assertividade, uma vez que as empresas brasileiras por vezes se registram em atividades que não correspondem integralmente aos segmentos de mercado em que efetivamente atuam, seja por razões tributárias, seja por inadequações conceituais da classificação. Nesse último caso, pode-se citar, como exemplo, a impossibilidade de classificação de atividades de acordo com a noção de processos produtivos verdes, questão particularmente relevante à Missão 5. Já no caso da Missão 6, considera-se a questão da dualidade tecnológica (usos civis e militares de certas categorias de produtos).

Por fim, em razão da conceptualização setorial da NIB, ocorrem interseções oriundas dos níveis de desagregação da classificação por CNAEs - i.e., algumas atividades podem compor simultaneamente mais de uma cadeia ou missão. Para mitigar esses problemas, garantiu-se um não sobreposição a nível de produto (Prodlist 2022), mecanismo que possibilita um maior refinamento descritivo aos coeficientes de abertura comercial. Tal delimitação por Prodlist também permitiu especificar de maneira mais assertiva produtos prioritários que não englobam a atividade econômica como um todo¹¹. A metodologia proposta permite, assim, combinar uma análise da atividade econômica, a nível de setor, com a de produtos priorizados pela política industrial, mensurando de maneira mais aderente o desempenho a ser monitorado.

Para os fins específicos deste artigo, a análise do desempenho das missões da NIB restringe-se ao período entre 2019 e 2023, último ano com informações disponíveis da PIA/IBGE. Apesar dessa relativa defasagem temporal, o horizonte de anos mencionado permite construir um quadro-base de referência (*baseline*) para comparações entre o período precedente à NIB e o período de implementação da atual política industrial brasileira. Ele constitui, assim, um oportuno instrumento analítico para avaliar o desempenho setorial das missões tendo em vista uma noção de base *ex-ante* e a natureza de longo prazo característica de objetivos transformacionais amplos, como os definidos pela NIB.

4. Avaliando o desempenho setorial das Missões da NIB (2019-2023)

A avaliação do desempenho setorial das seis missões da NIB no período 2019–2023 permite caracterizar as condições estruturais da indústria brasileira imediatamente anteriores à implementação da política. Os resultados evidenciam trajetórias heterogêneas entre as missões, tanto no que se refere à dinâmica produtiva quanto à inserção internacional, ao mesmo tempo em que revelam padrões recorrentes associados ao processo mais estrutural de desindustrialização brasileira.

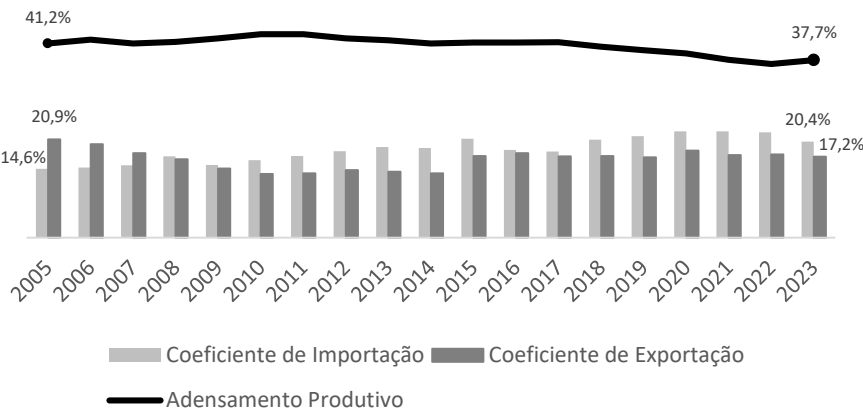
Como pano de fundo dessa análise, o Gráfico 2 apresenta a evolução conjunta do índice de adensamento produtivo e dos coeficientes de abertura comercial da Indústria de Transformação no período 2005–2023. Observa-se, ao longo dessas quase duas décadas, uma redução persistente do adensamento produtivo, que recua de 41,2% para 37,7%, equivalente a uma queda média anual de aproximadamente 0,5%. Esse movimento foi acompanhado por uma evolução do coeficiente importado (de 14,6% para 20,4%) paralelamente à redução do percentual da produção exportado (de 20,9% para 17,2%).

Se o incremento mais significativo do coeficiente de importações ocorreu entre 2011 e 2015, a perda de adensamento produtivo mostrou-se mais intensa no período subsequente, entre 2017 e 2022,

¹¹ Como ilustração, pode-se mencionar o grupo 26.1 da CNAE, “Fabricação de Componentes Eletrônicos”. Essa atividade inclui os produtos “2610.2045 Células fotovoltaicas (fotodiodos e células solares) em módulos ou painéis” e “2610.2050 Circuitos integrados eletrônicos (processadores e controladores; memórias; circuitos lógicos, híbridos; do tipo ‘chipset’, etc.)”. Contudo, enquanto o primeiro produto associa-se à cadeia prioritária “Equipamentos de energia verde (aerogeradores e painéis fotovoltaicos)”, da Missão 5, o segundo possui aplicação mais restrita à cadeia de “Semicondutores”, da Missão 4. Além disso, o grupo 26.1 também inclui o produto “2610.2010 Cabos de impressora, de monitor, de USB e semelhantes, exceto placas de circuito impresso montadas”, que não apresenta tanta tração às duas cadeias prioritárias mencionadas. Esses casos reforçam a importância do refinamento a nível de Prodlist quando possível.

mesmo diante de uma leve recuperação do coeficiente exportador em um contexto de baixo crescimento doméstico. Esse quadro sugere um processo de “maquilaria” da Indústria de Transformação e reforça a natureza estrutural do processo de desindustrialização brasileira. Assim, evidencia-se a necessidade de uma articulação consistente entre as dinâmicas produtivas domésticas e a inserção internacional, para além de ajustes pontuais em variáveis macroeconômicas, em especial a taxa de câmbio.

Gráfico 2 - Índice de Adensamento Produtivo e Coeficientes de Abertura Comercial da Indústria de Transformação (%) – Brasil (2005-2023)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, MDIC e Banco Central.

Nota: De forma a suavizar eventuais quebras metodológicas ao compatibilizar diferentes séries temporais da PIA/IBGE, utilizou-se um recorte para empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas. Tal escolha explica os valores ligeiramente diferentes em relação aos dados agrupados para a Indústria de Transformação na comparação com as missões para o período mais recente. O direcionamento analítico, entretanto, permanece o mesmo.

No eixo de Dinâmica Produtiva, a Tabela 1 apresenta a evolução, em termos reais, do VBPI. Observa-se que a Missão 1 foi a que apresentou a maior expansão ao longo do período analisado, com variação acumulada de 45,6%, seguida pela Missão 5, cujo crescimento foi de 40,3% entre 2019 e 2023. Essas duas missões também foram as únicas com crescimento superior ao da Indústria de Transformação nacional como um todo (27,3%), além de terem registrado os dois maiores índices médios de VBPI no quinquênio em análise.

O maior dinamismo de VBPI apresentado pelas Missões 1 e 5 sugere que a maior associação a cadeias produtivas intensivas em recursos naturais (como agropecuária, siderurgia e biocombustíveis), áreas em que o Brasil possui elevada dotação e competitividade, tem representado um importante impulso produtivo. Por outro lado, ressalta-se que a Missão 2 foi a única com crescimento anual ininterrupto entre 2019 e 2023, atingindo uma variação real de 14,4% entre o início e o fim do período.

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção Industrial das Missões da NIB (R\$ bilhões, preços de 2023) (2019-2023)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (%)
Missão 1	220,3	238,6	331,6	392,6	320,7	45,6%
Missão 2	87,9	92,9	95,7	97,4	100,5	14,4%
Missão 3	328,6	260,8	333,4	398,6	371,3	13,0%
Missão 4	110,9	123,5	142,2	152,2	130,7	17,9%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção Industrial das Missões da NIB (R\$ bilhões, preços de 2023) (2019-2023) (continuação)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (%)
Missão 5	230,6	254,4	397,3	402,3	323,5	40,3%
Missão 6	45,1	41,6	45,7	52,2	51,8	14,9%
Indústria de Transformação	3.811,3	3.975,6	4.909,7	5.385,3	4.850,0	27,3%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

A Missão 2 também chama atenção pela liderança em adensamento produtivo (Tabela 2), com média de 56,6% entre 2019 e 2023 –18,9 p.p. acima da média da Indústria de Transformação. Já a Missão 6 foi a que exibiu maior elevação de adensamento produtivo (+4,6 p.p.) entre 2019 e 2023. Por outro lado, a Missão 3 apresentou os valores de adensamento produtivo mais baixos: em média, apenas cerca de um quarto do VBPI de seus setores correspondeu à transformação de valor localmente realizada. À diferença do papel de liderança observado na análise do VBPI, as Missões 1 e 5 compuseram o restante da metade inferior da classificação por adensamento produtivo, com percentuais, respectivamente, 8,2 p.p. e 5,6 p.p. abaixo da Indústria de Transformação na média do período 2019-2023. As duas missões também registraram relativa estabilidade na variável, com variações de, respectivamente, -0,1 e -0,5 p.p. entre o início e o fim do período.

De modo geral, o quadro de adensamento produtivo para as missões da NIB no período precedente à implementação da política aponta oscilações e, mesmo em casos de variação positiva, um lento ritmo de crescimento. Esse cenário sugere dificuldades no sentido de elevar de maneira sustentada a capacidade de agregação de valor domesticamente, mesmo nos setores de maior vantagem comparativa. Essa inferência complementa conclusões de estudos anteriores, como Diegues e Rossi (2021) e Morceiro e Guilhoto (2020), sobre a tendência de inserção da indústria brasileira em nichos de menor valor agregado nas cadeias produtivas globais.

Tabela 2 - Índice de adensamento produtivo das Missões da NIB (2019-2023)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	Média do período
Missão 1	30,2%	30,8%	28,7%	27,6%	30,1%	29,5%
Missão 2	57,9%	57,1%	57,0%	55,8%	55,2%	56,6%
Missão 3	27,2%	24,8%	25,1%	26,0%	27,3%	26,1%
Missão 4	32,7%	34,1%	31,0%	30,1%	33,2%	32,2%
Missão 5	30,5%	33,6%	35,1%	31,0%	30,0%	32,1%
Missão 6	45,3%	41,4%	40,8%	49,7%	49,9%	45,4%
Indústria de Transformação	39,3%	38,8%	37,2%	36,3%	36,9%	37,7%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

As dificuldades identificadas nas séries de adensamento produtivo encontram similaridades na análise da evolução da produtividade do trabalho (Tabela 3). De um lado, apenas a Missão 2 apresentou queda real na produtividade do trabalho entre o início e o fim do período 2019-2023 (-6,0%). Dado o simultâneo crescimento do VBPI dessa missão, como visto acima, essa trajetória de produtividade do trabalho sugere uma piora no perfil do emprego no setor, principalmente no período pós-2022. Por outro lado, somente três das missões restantes cresceram em dois dígitos. Nesse sentido, observa-se a replicação da liderança das Missões 1 e 5 observada na evolução do VBPI, com expansões de, respectivamente,

25,4% e 19,8%. Essas duas missões também foram as líderes em termos de índice médio no período 2019-2023.

Esses resultados sugerem, mais uma vez, o peso da associação a cadeias produtivas mais fortemente baseadas na exploração de recursos naturais. No caso da Missão 5, destaca-se, também, o papel da intensividade em capital na área siderúrgica. O quadro de análise reforça a tendência de maior dinamismo relativo das Missões 1 e 5, apesar do perfil de crescimento desses setores ter aparentemente encontrado um teto para maiores adensamentos produtivos locais, com piora do perfil de inserção internacional, como será visto a seguir.

Tabela 3 - Produtividade do trabalho das Missões da NIB (mil R\$/trabalhador, preços de 2023) (2019-2023)

Sector	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (%)
Missão 1	205,9	218,2	260,1	294,8	258,2	25,4%
Missão 2	360,2	360,4	363,0	338,2	338,6	-6,0%
Missão 3	358,1	266,5	356,0	412,4	402,7	12,5%
Missão 4	256,6	301,1	270,5	276,3	273,4	6,5%
Missão 5	405,8	484,5	758,5	634,6	486,3	19,8%
Missão 6	292,4	243,5	241,3	319,0	299,7	2,5%
Indústria de Transformação	272,1	274,1	309,5	322,1	290,2	6,6%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

No eixo de Inserção Internacional, observa-se a recorrência, ao longo do período analisado, de déficits comerciais que reproduzem o padrão estrutural de desempenho da Indústria de Transformação brasileira nos últimos anos. Em praticamente todos os anos e para a maior parte das missões da NIB, os saldos comerciais permaneceram negativos, com deterioração generalizada entre o início e o fim do quinquênio (Tabela 4), com destaque para a Missão 3 e a Missão 6, que apresentaram as variações relativas mais expressivas (crescimento de, respectivamente, 296,4% e 145,3% nos déficits comerciais entre 2019 e 2023).

A Missão 5 constitui uma exceção a esse padrão, ao registrar saldos comerciais positivos entre 2019 e 2022, refletindo vantagens competitivas do país em segmentos como siderurgia e energias renováveis. Contudo, observa-se uma trajetória de deterioração desses resultados ao longo do período, com tendência de redução progressiva dos superávits e reversão para déficit em 2023 (US\$ – 0,5 bilhões FOB). Esse movimento indica que, mesmo nos setores relativamente mais competitivos, o período imediatamente anterior à implementação da NIB mostrou uma inserção internacional ainda limitada.

Tabela 4 – Saldo da balança comercial das Missões da NIB (US\$ bilhões FOB) (2019-2023)

Sector	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023
Missão 1	-3,5	-1,7	-4,4	-5,7	-3,8	-0,3
Missão 2	-9,4	-9,0	-9,8	-12,9	-14,8	-5,4
Missão 3	-2,9	-3,2	-4,7	-6,5	-7,2	-4,3
Missão 4	-11,0	-10,6	-13,4	-17,0	-15,7	-4,7
Missão 5	4,1	2,7	3,7	1,8	-0,5	-4,6
Missão 6	-0,3	-0,4	-0,3	-1,1	-1,2	-0,9
Indústria de Transformação	-42,0	-32,1	-53,3	-61,1	-41,3	0,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Comexstat/MDIC.

Nota: valores negativos denotam déficit comercial.

No caso da esfera mais eminentemente doméstica, as dificuldades sugeridas pela análise da evolução da balança comercial são reforçadas pelo exame do coeficiente de penetração de importações (Tabela 5). Em 2023, quatro das seis missões da NIB (as duas exceções sendo a Missão 1 e a Missão 5) apresentaram simultaneamente percentuais de dependência de importações superiores a 50,0% e acima da média da Indústria de Transformação - destacam-se, nesse contexto, as Missões 6 e 3, com coeficientes de 76,9% e 73,0%, respectivamente. Ressalta-se, contudo, que a Missão 3 apresentou uma redução expressiva de 13,4 p.p. entre 2019 e 2023, sinalizando uma melhora relativa de sua competitividade no mercado doméstico. Por sua vez, nas Missões 1 e 5, aproximadamente um quinto da demanda interna foi suprida por importações, patamar próximo ao da Indústria de Transformação. Nesse sentido, cabe ressaltar a trajetória de queda da Missão 1, com redução contínua, atingindo decréscimo acumulado de 6,1 p.p. em cinco anos. Já a Missão 5 apresentou tendência contrária, com acréscimo de dependência de importações de 9,6 p.p. no mesmo período, comportamento que corrobora a deterioração do saldo da balança comercial discutido anteriormente.

Tabela 5 - Coeficiente de penetração das importações das Missões da NIB (2019-2023)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (p.p.)
Missão 1	26,1%	25,2%	23,7%	21,5%	20,0%	-6,1
Missão 2	45,9%	48,2%	47,3%	50,9%	51,8%	5,9
Missão 3	86,4%	89,0%	70,1%	66,3%	73,0%	-13,4
Missão 4	51,3%	50,2%	51,7%	53,0%	54,4%	3,1
Missão 5	11,1%	10,2%	11,8%	17,1%	20,8%	9,6
Missão 6	54,3%	38,5%	29,2%	73,4%	76,9%	22,6
Indústria de Transformação	21,6%	22,5%	22,6%	22,3%	20,4%	-1,1

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Comexstat/MDIC.

Por fim, a análise do coeficiente de exportações (Tabela 6) revela que as Missões 3 e 6 apresentaram-se como as mais competitivas externamente em termos relativos ao final do quinquênio, em que pese a forte dependência da aquisição de produção estrangeira indicada por seus coeficientes de penetração de importações. Em 2023, essas duas missões tiveram, respectivamente, 43,1% e 53,9% de seus valores totais de produção destinados a mercados externos, percentuais que excederam em 25,9 e 36,7 p.p. a parcela da Indústria de Transformação como um todo.

No caso da Missão 3, contudo, observa-se uma trajetória de acentuada retração ao longo do quinquênio, culminando em uma redução acumulada de 36,0 p.p. entre 2019 e 2023. No geral, observa-se, à exceção da forte expansão da Missão 6 (+25,8 p.p., em uma trajetória de forte oscilação entre 2019 e 2023) e da referida queda da Missão 3, uma relativa estabilidade no desempenho exportador das missões da NIB e da Indústria de Transformação. Esse diagnóstico sugere que os setores priorizados pela NIB vinham passando, no período precedente à implementação da política, por dificuldades de expansão sustentada de inserção comercial global, com impactos relevantes no contexto pandêmico.

Tabela 6 – Coeficiente de exportações das Missões da NIB (2019-2023)

Setor	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (p.p.)
Missão 1	18,2%	20,7%	16,2%	14,1%	14,6%	-3,6
Missão 2	10,6%	11,1%	10,8%	12,0%	10,6%	0,0
Missão 3	79,0%	77,9%	45,5%	36,5%	43,1%	-36,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Comexstat/MDIC.

Tabela 6 – Coeficiente de exportações das Missões da NIB (2019-2023) (continuação)

Sector	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (p.p.)
Missão 4	6,3%	5,2%	5,2%	5,6%	6,6%	0,4
Missão 5	22,0%	17,9%	17,9%	19,7%	20,0%	-2,1
Missão 6	28,1%	5,1%	5,0%	42,3%	53,9%	25,8
Indústria de Transformação	17,1%	18,5%	17,5%	17,7%	17,2%	0,1

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do Comexstat/MDIC.

Em resumo, o quadro de referência do desempenho das missões no período pré-NIB permite identificar a reprodução de traços estruturais associados ao processo de desindustrialização brasileira, como as tendências de déficits comerciais setoriais, dificuldades de crescimento da produtividade e relativa estagnação em termos de adensamento produtivo. A análise conjugada das variáveis domésticas e externas aponta que os setores priorizados pela nova estratégia industrial brasileira apresentaram, em geral, significativos desafios de competitividade, sugerindo uma tendência de inserção em nichos de menor valor agregado nas cadeias globais de valor.

Ao mesmo tempo, em uma perspectiva mais segmentada, destacam-se certos elementos de heterogeneidade intersetorial. As Missões 1 e 5, mais relacionadas a cadeias produtivas intensivas em recursos naturais, tiveram desempenho notoriamente superior em variáveis de produção, produtividade e competitividade no suprimento da demanda interna do país. Essas particularidades apontam que as vantagens comparativas associadas à grande dotação de recursos naturais do Brasil repercutem no desempenho da indústria nacional. No âmbito da transição energética, esse desempenho pode ser potencializado de maneira ainda mais intensa com as ações de política industrial voltadas para áreas como o desenvolvimento de energias renováveis e a descarbonização do segmento industrial.

Por fim, vale mencionar que os indicadores também revelam desafios ao processo de acumulação atual mesmo entre os setores mais dinâmicos. Estes são sublinhados pela relativa estagnação do adensamento produtivo das Missões 1 e 5, bem como pela perda de competitividade no mercado exportador internacional dessas missões em meio a um contexto externo particularmente desafiador para a integração das cadeias produtivas (reconfiguração das cadeias de produção no pós-pandemia, iniciativas de maior protecionismo entre os países, crises geopolíticas e menor crescimento do comércio internacional). Na Missão 5, tal processo foi também acompanhado por uma expansão expressiva dos coeficientes de importação, que refletem a maior importação de painéis fotovoltaicos no parque energético brasileiro.

5. Conclusão

O lançamento da Nova Indústria Brasil (NIB), em 2024, insere-se em um contexto internacional de retomada e revalorização das políticas industriais como instrumentos centrais das estratégias de desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, marcado por um processo persistente de desindustrialização, a NIB passou a ocupar posição de destaque nos debates públicos e acadêmicos. Esse protagonismo, contudo, não tem sido acompanhado, na mesma medida, pelo desenvolvimento de metodologias de análise setorial especificamente orientadas ao desenho e às prioridades da política, permanecendo predominante o uso de indicadores agregados tradicionais da literatura sobre desindustrialização.

Diante dessa lacuna, o presente trabalho buscou contribuir para o debate ao propor uma metodologia de análise do desempenho setorial das missões da NIB, articulando dimensões domésticas e de inserção internacional, orientadas pela taxonomia de atividades e produtos construída especificamente para esse fim. A aplicação empírica da metodologia ao período 2019–2023 permitiu estabelecer uma linha de base do desempenho das missões no intervalo imediatamente anterior à implementação da política,

oferecendo subsídios analíticos para a compreensão das condições estruturais preexistentes à implementação da NIB.

Os resultados evidenciam tanto a persistência de traços associados à desindustrialização brasileira — como déficits comerciais setoriais, limitações no avanço da produtividade e dificuldades de elevação do adensamento produtivo — quanto a presença de heterogeneidades relevantes entre as missões. Nesse sentido, destacam-se o maior dinamismo produtivo e a competitividade relativa observados nos setores associados às Missões 1 e 5 no quinquênio analisado, particularmente em função de sua maior vinculação a cadeias produtivas intensivas em recursos naturais, ainda que sublinhem desafios estruturais na evolução desses setores quanto à integração com a economia doméstica e sua competitividade externa.

Ao oferecer um quadro empírico sistematizado do desempenho setorial das missões da NIB no período pré-implementação, este trabalho fornece subsídios analíticos relevantes para o acompanhamento e a avaliação futura da política industrial brasileira. O estabelecimento dessa linha de base permite que eventuais mudanças observadas nos próximos anos sejam interpretadas à luz das condições estruturais preexistentes à implementação da política, contribuindo para análises mais consistentes sobre os efeitos da NIB. Além disso, o arcabouço proposto pode servir como referência metodológica tanto para estudos subsequentes quanto para o aprimoramento do desenho e da operacionalização de políticas industriais orientadas à transformação produtiva, em um contexto no qual a Indústria de Transformação permanece central para a inovação, a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Nesse sentido, o diagnóstico do período 2019-2023 exposto ao longo deste trabalho permite considerar possibilidades de intervenções sobre os desafios enfrentados pelas missões da NIB a partir das heterogeneidades setoriais observadas. Inicialmente, a relativa estagnação do adensamento produtivo nas Missões 1 e 5 sugere a necessidade de consolidação de políticas de subvenção e financiamento condicionadas a estímulos à realização doméstica das etapas de maior intensidade tecnológica do processo produtivo. Dessa forma, espera-se que o aprofundamento das vantagens comparativas do Brasil na agroindústria e na bioeconomia também se traduza em uma maior capacidade de reter e gerar valor domesticamente.

No caso específico da Missão 5, destaca-se ainda a tendência de significativo aumento do coeficiente de penetração de importações observada entre 2019 e 2023. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento da produção industrial doméstica associada à exploração de energias renováveis pode ser potencializado por políticas de compras públicas e financiamento ligadas ao uso de conteúdo nacional. Em um sentido similar, os elevados coeficientes de penetração de importações (acima dos 50,0%) nas Missões 3, 4 e 6 apontam para estratégias de desenvolvimento setorial que aliem instrumentos de proteção comercial direcionados e incentivos à inovação, em especial no caso de áreas de tecnologia de ponta ou crítica - casos particularmente das Missões 4 e 6.

Adicionalmente, a queda da produtividade do trabalho na Missão 2 registrada no período 2019-2023 sugere a necessidade de políticas de qualificação da mão de obra para uma inserção inovadora mais ativa de seus segmentos. Além disso, sugere-se a promoção de práticas de Pesquisa e Desenvolvimento a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo para a consolidação dos segmentos farmacêutico e de equipamentos médicos. O programa Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, que articula a transferência de tecnologia para produtores nacionais, constitui um relevante exemplo de política nesse sentido, sendo um dos componentes da estratégia de desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde no âmbito da NIB.

Por fim, do ponto de vista estrutural da NIB, ressalta-se a necessidade de um maior consonância entre a delimitação da política industrial e as políticas macroeconômicas. Tal aspecto é relevante ao se considerar o desaquecimento recente da indústria brasileira em 2025 e sua repercussão sobre o investimento produtivo do setor em meio ao ciclo de taxas de juros elevadas no período. Dessa forma, a delimitação de convenções de investimento pautadas em sinalizações consonantes entre si é fundamental no estabelecimento de uma estrutura de custos compatível com os estímulos da política industrial, consolidando um ambiente mais suscetível para a implementação de políticas inovadoras, de competitividade internacional e de aumento do conteúdo local das seis missões evidenciadas.

Referências bibliográficas

ABDI. **Tabela de medidas legais da NIB**, s.d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmJiMTk3NjQtYjVhMS00ZTIyLWFiODUtYWlzMjg1ZmY2ODk1IiwidCI6IjhhMjJmNTgyLTgzOGEtNGQ3MS1hYWl5LTE4ZGZzODA4NzY0NSJ9>. Acesso em: 11 dez. 2025.

AMANATIDOU, E; CUNNINGHAM, P.; GOK, A.; GAREFI, I. Using evaluation research as a means for policy analysis in a ‘new’ mission-oriented policy context. **Minerva**, v.52, 2014, p.419-438.

AMSDEN, Alice. **The rise of the rest: challenges to the West from late-industrializing economies**. Oxford University Press, 2001.

ANCINE. **Valor adicionado pelo setor Audiovisual. Ano-base: 2019**, 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/valor_adicionado_2019_25-01-2022.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

ARAÚJO, Caroline G.; NONATO, Vinícius L.S.; FELIZARDO, Rafael G. A nova política industrial brasileira e seu alinhamento às tendências globais. **Tempo do Mundo**, n.36, 2024, p.77-112.

BELLUZZO, Luís Gonzaga. Tiroteio anti-industrialista. **Carta Capital**, 1 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/tiroteio-anti-industrialista/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BOUMA, J. A.; VERBRAAK, M.; DIETZ, F.; BROUWER, R. Policy mix: mess or merit? **Journal of Environmental Economics and Policy**, v.8 n.1, 2019, p.32-47.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Plano Mais Produção (P+P)**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/pmais>. Acesso em: 11 dez. 2025.

_____. **Nova Indústria Brasil - forte, transformadora e sustentável**: Plano de Ação para a neointustrialização 2024-2026. Edição atualizada. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, 2025.

CANO, Wilson; DA SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, n.181, 2010, p.1-27.

CHANG, Ha-Joon. Industrial policy: Best practices for emerging economies. In: DE BOER, Diederik; SANDER, Harald; FRIZ, Katharina; ANASTASI, Antonella (Eds.). **Private Sector Development in an Emerging World**. Boston: De Gruyter, 2024.

CHANG, Ha-Joon; ANDREONI, Antonio. Industrial policy in a changing world: basic principles, neglected issues and new challenges. **Cambridge Journal of Economics**, v.40, n.1, 2016, p.1-52.

CHERIF, Reda; HASANOV, Fuad. **The return of the policy that shall not be named**: principles of industrial policy. Washington: International Monetary Fund, 2019.

CRISCUOLO, C.; LALANNE, G.; DÍAZ, L. Quantifying industrial strategies (QuIS): Measuring industrial policy expenditures. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, n. 2022/05. 2022.

EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton University Press, 1995.

FEIJÓ, Carmem. Transformação produtiva e Nova Indústria Brasil (NIB). **Tempo do Mundo**, n.36, 2024, p.57-75.

FGV. **Webinar | A Nova Política Industrial: erros e acertos**, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9c0creNvli8>. Acesso em: 11 dez. 2025.

FILIPPIN, Flavia. **Estado e desenvolvimento: a indústria de semicondutores no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2020.

FISHER, R. et al. **Mission-oriented research and innovation: assessing the impact of a mission-oriented research and innovation approach**. European Commission EC, 2018.

GIESTEIRA, Luís Felipe; CALIARI, Thiago; ORSOLIN-TEIXEIRA, Felipe. Política industrial no Brasil: evidências empíricas em um contexto de mudanças estruturais (2007-2020). **Revista de Economia Política**, v.44, n.3, 2024, p.502-523.

GOMES, Guilherme N.; DIEGUES, Antônio C. Cadeias globais de valor e desindustrialização: as transformações na estrutura produtiva brasileira em perspectiva comparada à indústria internacional. **Revista de Economia**, v.42, n.78, 2021, p.387-418.

HAMATSU, Newton K.; DE SOUZA, Elias R. Transição energética, Nova Indústria Brasil e o papel do Ministério da Ciência e da Tecnologia e da Finep. **Princípios**, v.43, n.170, 2024, p.51-79.

HANSON, G.; RODRIK, D. How does place based policy work? **Harvard Kennedy School: Reimagining the economy program**. 2023.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017.

HITNER, Verena; CASTRO, Aline C. O processo de formulação da Nova Indústria Brasil (NIB): política orientada por missões e participação social no desenho do Plano de Ação da NIB. **Tempo do Mundo**, n.36, 2024, p.29-57.

JANSSEN, M.J. What bangs for your buck? Assessing the design and impact of Dutch transformative policy. **Technological Forecasting and Social Change**, v.138, 2019, p.78-94.

JUHÁSZ, Réka; LANE, Nathan; RODRIK, Dani. The New Economics of Industrial Policy. **Annual Review of Economics**, v.16, 2024, p.213-242.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio; ALCKMIN, Geraldo. Neoindustrialização para o Brasil que queremos. **O Estado de S. Paulo**, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/artigos/neoindustrializacao-para-o-brasil-que-queremos>. Acesso em: 11 dez. 2025.

MAGRO, Edurne; WILSON, James R. Policy-mix evaluation: Governance challenges from new place-based innovation policies. **Research policy**, v.48, n. 10, 2019, p.103612.

MAIA, Guilherme; DAUDT, Gabriel; WILLCOX, Luiz Daniel. Retomada da política industrial brasileira. **BNDES Setorial**, v.60, n.31, 2025, p.13-48.

MAZZUCATO, Mariana. **The entrepreneurial state**. Londres: Demos, 2011.

MAZZUCATO, Mariana; DOYLE, Sarah; VON BURGSDORFF, Luca Kuehn. **Mission-Oriented Industrial Strategy. Global Insights**. Londres: Institute for Innovation and Public Purpose, 2024.

MEDEIROS, C.; FREITAS, F.; PASSONI, P. Structural Change and the Manufacturing Sector in the Brazilian Economy: 2000–2014. In: SANTARCÁNGELO, J. E. **The Manufacturing Sector in Argentina, Brazil, and Mexico. Transformations and Challenges in the Industrial Core of Latin America**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, v.29, n.3, 2020, p.835-860.

_____. Sectoral deindustrialization and long-run stagnation of Brazilian manufacturing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.43, n.2, 2023, p.418-441.

NASSIF, André. Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.158, 2024, p.1-55.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia Política**, v.30, n.2, 2010, p.219-232.

ROCHA, Daniela Cristina Comin. Estado e desenvolvimento: as políticas industriais brasileiras (2003-2014). **Cadernos de Campo**, n.27, 2019, p.59-82.

SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.16, n.1, 1996, p.5-20.

WITTMANN, F.; YORULMAZ, M.; HUFNAGL, M. Impact Assessment of Mission-Oriented Policies. **Challenges and overview of selected existing approaches**. Project deliverable. Karlsruhe: Fraunhofer Institut für System-und Innovationsforschung ISI, 2021.